



## » Entrevista | LUIZ MARINHO | MINISTRO DO TRABALHO

Aliado de décadas do presidente Lula critica duramente o governo anterior, responsável, segundo ele, por uma “bagunça” no mercado de trabalho. Petista defende valorização do trabalhador e quer convencer setor produtivo a evitar abusos

# “Empresário, em boa parte, tem uma visão retrógrada”

» ANA DUBEUX  
» CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA  
» ROSANA HESSEL

**F**orjado no sindicalismo do ABC Paulista antes de ingressar na carreira política, o ministro Luiz Marinho deixa claras suas convicções em defesa do trabalhador. Aos 64 anos, ele volta a assumir um posto na Esplanada com a intenção de recolocar o Estado como figura importante na interlocução entre empregadores e empregados. Marinho é crítico mordaz de teses do neoliberalismo e de fenômenos como a uberização, considerada por ele nada mais do que uma forma de exploração de mão de obra. Por essa razão, considera importante — e se diz otimista — com a negociação entre empresas e trabalhadores de aplicativos. Petista “raiz”, Marinho é deputado federal licenciado e ex-prefeito de São Bernardo do Campo (SP). Afirma que o ministério tem a missão de impedir abusos, e não de perseguir empresas. Guarda, porém, sérias ressalvas ao empresariado nacional. Acredita que parte dele mantém uma “visão escravagista”, que precisa ser superada. E é implacável com o “desgoverno” Bolsonaro. Considera, por exemplo, um “crime” a transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a Previdência Social. Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



**Há uma revolução tecnológica que está acontecendo de forma contínua, e não é de hoje. Mas tem uma coisa que a inovação tecnológica não vai fazer: eliminar o trabalho. O trabalho vai se manter, diferente. Logo, é preciso preservar o trabalho”**

### O Brasil tem condições de estabelecer uma semana de quatro dias?

Quando se fala em semana de quatro dias, é preciso entender que está se falando de jornada de trabalho e da semana eventual do trabalhador, não necessariamente da atividade econômica. A atividade econômica é contínua, 24 horas por dia. A jornada do trabalhador é que você tem que, eventualmente, regular se é em dias, se é em horas da semana, ou se pode ser diferente. O movimento sindical deveria refletir sobre esse assunto, até porque é necessário um debate de partes. Quais partes? Trabalhadores e empregadores. Não será uma ação do governo que vai encaminhar para o Congresso. Isso é uma ação típica da sociedade, no diálogo com o Parlamento. Foi assim em 1988, na Constituinte, quando a sociedade se manifestou sobre a necessidade de redução da jornada de trabalho, e o Congresso, então, aprovou a PEC de redução de 48 horas para 44 horas semanais, que é jornada máxima no Brasil hoje.

### Já existem empresas em fases de testes...

Sim. Tem empresas do Brasil testando essa experiência, porque acham que pode agregar valor no ambiente de trabalho. Um ambiente de trabalho acolhedor evita doenças mentais, estresse, acidentes, porque há uma atenção melhor das pessoas em relação às suas atividades. O acidente é propiciado pela eventual má condição dos equipamentos e de falha humana. Quando se juntam os dois, a combinação é “imperfeita”. Por isso, ter pessoas que se sintam bem no trabalho é o melhor dos mundos para a produtividade, para a qualidade, para a relação com a família.

### A discussão sobre a jornada pode avançar neste ano?

Neste ano, ainda não. As centrais e as confederações empresariais estão, neste momento, debruçadas sobre dilemas causados pelo desgoverno que passou recentemente, que criou uma bagunça e uma insegurança jurídica nas relações de trabalho. Eles estão focados nisso. Existe um grupo tripartite para o fortalecimento, a retomada e a valorização do instrumento da negociação coletiva. Na sequência disso, podem aparecer vários temas, entre eles, o debate da jornada de trabalho.

### O que já deu para o ministério fazer em relação a essa “bagunça”?

Nós estamos reconstruindo literalmente o ministério nos territórios. Há a necessidade de concursos. Temos um primeiro certame aprovado pelos auditores, estamos reorganizando contratos de prestação de serviços. Há uma necessidade grande de se estruturar melhor a pasta. Nós pegamos, lá na ponta, um conjunto de gerências com dois servidores ou um servidor. Temos que nos reorganizar, e isso passa por concursos e contratação de terceiros.

### O concurso da pasta já autorizado tem um dos maiores volumes de vagas, umas 900, correto?

Sim. É o segundo maior volume de vagas. O primeiro acho que é o do MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, criado pelo atual governo).

### O ministério estava desmontado?

Desmontado? Não existia. Chegou a ser fechado e passou a ser uma secretaria do Ministério da Economia. E a retomada da pasta só aconteceu para darem cargo

para o Onyx (Lorenzoni). Agora, estamos trabalhando no processo de reorganizar a máquina do ministério. Para isso, temos um novo concurso, uma retomada de um olhar criterioso nas fiscalizações. Os números de trabalho análogo à escravidão e de exploração de mão de obra infantil falam por si. Desde o início do ano, temos contabilizados resgates de 2.539 pessoas em trabalho análogo à escravidão. E, no trabalho de exploração de mão de obra infantil, deve estar em torno de 1.700. O presidente Lula sancionou uma lei que determina obrigatoriamente a igualdade salarial entre homens e mulheres.

### Como o senhor vê essa questão no mundo do trabalho?

Eu vejo com tristeza a necessidade de ter uma lei que obrigue tratamento igual para as mulheres. Isso deveria ser naturalíssimo. Infelizmente, não é.

### Haverá fiscalização em relação a esse ponto?

Estamos trabalhando aqui no Ministério do Trabalho, que é responsável por isso. Vamos ter um grupo interministerial, que está em formação. Vamos decidir em que periodicidade vamos soltar os relatórios. Esses relatórios, seguramente, cuidarão da sensibilização das empresas. Eu tenho dito aqui para os nossos técnicos que a nossa missão não é atuar a empresa. Não é resgatar trabalhadores em condições de trabalho análogas à escravidão ou de exploração de mão de obra infantil. A nossa missão é evitar que isso aconteça.

### Isso é suficiente para mudar a realidade?

É preciso construir um movimento na sociedade, um envolvimento com o mercado, com os meios de comunicação, com as

universidades, com as prefeituras, os estados e com os sindicatos de trabalhadores, de empregadores e com as confederações de trabalhadores e de empregadores. É preciso a construção de pactos que busquem essa mensagem. É obrigação dos empregadores zelar pela qualidade do ambiente de trabalho, respeitar os acordos coletivos, fazer a negociação coletiva. É evidente que o corpo tem um pedacinho mais sensível nessa hora, que é o bolso. A atuação vem para sensibilizar a parte mais sensível do corpo da empresa, que é o cofre, por meio da multa, da atuação. Agora, essa não é a intenção do ministério, nem deve ser. Mas se a empresa insistir, depois dos relatórios, é porque ela quer ser autuada.

### É possível identificar os setores com mais dificuldade?

Ainda não. Na hora em que esse observatório interministerial cancelar o conjunto dos relatórios, de indicadores de qualidade, creio que no ano que vem, vamos conseguir ter mais claro os setores que eventualmente estão com mais dificuldade nesse processo. Mas creio que a maturidade da sociedade brasileira, hoje, busca regular isso sem traumas.

### E a questão de gênero e de cotas raciais?

Vejo da mesma forma, com tristeza. Não tinha que ter lei. Se, na sociedade, tem mais de 50% de mulheres do que homens, e se tem mais de 50% de negros e negras, essa presença deveria se refletir em todas as atividades econômicas. Assim como o trans, o LGBT, o indígena. Infelizmente, não é. Por isso, nasceram as cotas, primeiro, nas universidades, e isso produziu um efeito muito positivo: a presença de mais jovens negros nas universidades. Espero que um dia as cotas não sejam necessárias. Mas,

neste momento, são.

### Há iniciativas do ministério nesse sentido?

No próximo concurso para as 900 vagas, estou determinando que, além da cota das pessoas com deficiência — a lei fala em 5% —, seja elevada para 6%. Além disso, estamos criando uma cota para as pessoas trans, de 2%. Estamos criando uma cota para quilombolas e indígenas, de 2%, e elevando a cota racial para 45%. Vamos ter uma última conversa com a ministra Esther Dweck, responsável por coordenar os concursos, sobre essas 900 vagas. Espero que transcorra com naturalidade esse processo.

### A partir de quando, efetivamente, o país, ou parte dele, vai enxergar essa questão com naturalidade?

É difícil prever. Espero que esses debates ajudem a produzir efeitos na sociedade, que é a responsável, como falei no dia da sanção presidencial da lei do salário igual. Minha mensagem é para os responsáveis em recursos humanos. São eles, na hora de selecionar uma das vagas, que podem influenciar na escolha do perfil necessário para determinada atividade. E veja que, muitas vezes, são mulheres responsáveis pelas áreas de recursos humanos. A sociedade — homens e mulheres —, muitas vezes, no cargo de chefia, reproduz a visão masculina naquela função. Nós temos que oferecer a oportunidade para todos. Espero, estou cheio de esperança, que, um dia, a gente possa ver isso com muita naturalidade.

### Como o senhor entende as relações de trabalho no mundo moderno, com a internet, o home office e tantas coisas novas?

Nós vamos ter que buscar interpretar este momento e criar condições. Veja, por exemplo, o trabalhador de aplicativos. O pessoal tem um debate falseado em relação à legislação trabalhista. Dizem que ela é muito rígida. Será? Se você faz o comparativo, ela é um tanto quanto flexível. Não tem essa rigidez que muita gente fala, há até um preconceito em relação a isso. Mas os trabalhadores autônomos podem ou não podem ter sindicatos? Hoje, rigorosamente pela lei, não podem. Portanto, nós temos que atualizar para permitir que tenham. Estamos também com a Uber na mesa, negociando. Foi difícil, mas não é impossível. Dá para fazer. Tem jeito.

### E como estão essas conversas?

Conseguimos montar a comissão de trabalhadores. O lado empregador é mais fácil. Você sabe o endereço e sabe quem são as pessoas, e chamamos. E quem é a maior autoridade no processo de negociação? Os sindicatos. Então, autorizam-se os sindicatos. Se a rigidez interpretada até aqui impede, vamos retirar essa rigidez para dar liberdade às pessoas de se organizarem. Então, acho que tem coisas muito interessantes que vão acontecer em relação a esse mundo moderno a que vocês se referiram. E isso passa pelo debate da jornada de trabalho que falamos no início da conversa. Há uma revolução tecnológica que está acontecendo de forma contínua, e não é de hoje. Mas tem uma coisa que a inovação tecnológica não vai fazer: eliminar o trabalho. O trabalho vai se manter, diferente. Logo, é preciso preservar o trabalho, porque se inteligência artificial eliminar a mão de obra, o que fazer com as pessoas?

### Aparentemente, estamos caminhando para o dilema do século.

Compensa que a tecnologia elimine totalmente o trabalho? Para que eliminar as pessoas do mundo do trabalho? O capital está se dedicando a quem? As tecnologias são para servir a quem? A quem deve servir o processo de transformação tecnológica? Para 1% dos proprietários da maior parte do capital ou para a sociedade? Esse é o debate necessário. O presidente Lula falou disso na ONU, falou disso com Joe Biden, e eu tenho reproduzido isso nos fóruns do Mercosul, do Brics, do G20, porque é preciso provocar.

### Esse foi o sentido do encontro entre Lula e Biden?

Sim. A iniciativa Brasil-Estados Unidos é provocar para que o mundo reflita sobre o trabalho e suas condições. Com todo esse mundo moderno, como ainda pode haver trabalho escravo? Como pode haver exploração de trabalho infantil? Olha só a contradição que estamos vivendo! A criança, o jovem, precisam ser preparados para o mercado de trabalho e, para isso, pressupõe-se que o Estado dê oportunidade ao jovem para que ele possa sair do ensino médio, que gradativamente tem que ser transformado em período integral. Nesse ensino médio, ele precisa ter a capacitação profissional. Ele precisa sair de lá profissionalizado para atuar no mercado de trabalho ou para fazer sua universidade ou faculdade.

### Voltando à questão dos aplicativos, ministro.

A negociação está indo bem. Existe um acordo. Não posso dar detalhes, mas está pré-acordado com as plataformas de transporte de pessoas, as bases para o acordo,